

Dois pesos duas medidas...

CASA GRANDE E SENZALA

Trabalhadores sem reajuste há mais de 900 dias e gestores com os bolsos cheios



Os trabalhadores e suas famílias sofrem com o mesmo salário desde maio de 2019. A inflação naquela data-base registrou 5,07% e os salários só foram reajustados em 4,48% em dezembro, de forma retroativa à data-base.

Na data-base seguinte, maio de 2020, ZERO de reajuste nos salários, o mesmo ZERO 12 meses depois, em maio de 2021. A inflação neste período de maio de 2019 a maio de 2021 já acumulava 15,83%, ou seja, uma defasagem salarial de 10,87% com base na inflação registrada pelo INPC.

Enquanto isto, a alta cúpula da Copasa obtinha, no mesmo período, um reajuste nas alturas. A verba para pagar diretores, conselho de administração e conselho fiscal saltou de R\$ R\$ 6 milhões 936 mil, em 2019, para R\$

7 milhões 899 mil. Depois que o número de diretores caiu de 7 para 5, a verba que passou a ser de R\$ 5 milhões 914 mil, em 2020, foi reajustada para R\$ 7 milhões 899 mil, em 2021, um aumento escandaloso de 33,56%.

Ao mesmo tempo em que judicializaram para impedir os reajustes salariais dos trabalhadores, os gestores da empresa aumentaram a própria remuneração em índice superior à inflação, devendo ressaltar que a verba destinada a ser distribuída entre os diretores ficou mais generosa para cada um, pois a composição da empresa foi reduzida de sete para cinco diretores.

Circula na empresa informação de que um gestor teria recebido em setembro remuneração de cerca de R\$ 490 mil, que precisa ser investigada pelo Ministério Público e pela Assembleia Legislativa de Minas.



REPÚBLICA DO PARANÁ DENTRO DA COPASA

Um "card" divulgado na semana passada aterrorizou os trabalhadores. Uma empresa do Paraná "a serviço da Copasa" fazia o recrutamento para agente comercial de campo para matar de vez o trabalho primário dos leituristas. Quem se aventurasse a procurar o emprego deveria fazer um "interurbano" para um telefone de prefixo (43).

A reação dentro da Copasa foi imediata e complementa a estupefação de todos desde que esta diretoria rasgou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para contratar pessoal sem concurso público, irregularidade que não é permitida pela própria Constituição Federal e a do Estado de Minas Gerais para provimento de cargos em empresas públicas.

Na Copasa, fala-se de uma inundação de "assessores" contratados, vindos do Paraná, colocando em suspeição algum trafico de influência dentro da empresa para alojar apaniguados.

ATUAÇÃO SINDICAL É ÚNICA SAÍDA PARA IMPEDIR O ARROCHO NOS SALÁRIOS E DIREITOS COLETIVOS

O arrocho nos salários é a tônica nas negociações da maioria das categorias profissionais em 2021, num cenário de enormes dificuldades para os trabalhadores, em meio à pandemia do coronavírus, recessão, desemprego e, principalmente, em consequência das reformas trabalhistas implementadas pelo governo. No acumulado do ano, de janeiro a agosto, quase metade dos reajustes (48,5%) ficaram abaixo da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 12 meses. Reajustes iguais à inflação representaram 33,2%, e acima do índice, pouco mais de 18%. Estes dados são do boletim “De Olho nas Negociações”, estudo do Dieese que analisa o resultado das negociações coletivas pelo Brasil.

Na data-base de agosto, nas negociações concluídas até o início de setembro, a situação foi ainda pior: cerca de dois terços (66,3%)



tiveram reajustes abaixo da inflação. Um quarto (25%) conseguiu correções em valores iguais ao INPC e apenas 8,8% registraram ganhos reais de salários.

Categorias com data-base em agosto precisariam de reajuste de 10,42%, índice da inflação medida pelo INPC em 12 meses, para recompor o poder de compra dos salários. É o maior percentual de reajuste necessário para uma data-base, com base no INPC, desde fevereiro de 2016.

O pior desempenho está no setor de serviços, com 61% dos acordos abaixo da inflação, entre janeiro e agosto deste ano. Já as negociações da indústria registraram maior percentual de reajustes superiores à inflação (24,7%), seguido pelo comércio (19,3%).

Este cenário adverso para a classe trabalhadora mostra a importância da atuação dos sindicatos e da necessidade de união e organização das categorias profissionais, com ações para reverter este quadro desfavorável, fortalecendo suas entidades representativas e as negociações coletivas, para combater a política nefasta que visa desqualificar o movimento sindical e prega a redução do Estado, a privatização das empresas públicas e a destruição dos direitos trabalhistas e sociais.

PDVI SEM REPOSIÇÃO DE VAGAS AUMENTA PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI), lançado neste segundo semestre pela Copasa, teve a adesão de 1.099 trabalhadores, 9,6% dos 11.393 funcionários da empresa, levando-se em consideração o quadro de pessoal de 2020.

A redução do contingente de trabalhadores, sem reposição de vagas, aumenta a precarização das condições de trabalho dos que seguem na ativa. A empresa promove o PDVI, mas não há a contrapartida da realização de um programa de admissões através de concurso público.

Outro agravante é que o PDVI atingiu somente trabalhadores mais experientes, que se aposentaram antes de 12 de novembro de 2019. Como o programa não está associado à reposição de vagas, haverá considerável perda de capacitação técnica, impactando a



qualidade dos serviços prestados.

Para piorar ainda mais a situação, a direção da Copasa faz planos para aumentar a terceirização nas atividades da empresa, desprezando a legislação, para contratar pessoal sem concurso público, como determina a lei em relação às empresas da administração pública.

A intenção da direção da Copasa é enxugar drasticamente o quadro de pessoal, para cortar custos e preparar a empresa para a privatização, objetivo insistentemente apregoado pelo

governo Zema. A Copasa e outras empresas públicas mineiras, como a Cemig, estão na mira dos interesses do “deus” mercado, que pretende abocanhar estatais lucrativas a preço baixo.

Como parte desta estratégia está o arrocho salarial que a direção da Copasa impõe aos trabalhadores desde 2019, devido à resistência da categoria à intenção da empresa de acabar com a PL linear e a garantia de emprego, para promover demissões em massa.

De forma intransigente e insensível, os gestores da Copasa se recusam a negociar os acordos coletivos de 2020 e 2021, sob a alegação de que o ACT de 2019 ainda está pendente, impasse que se deve à postura irreductível e radical da empresa em acabar com a garantia de emprego e que coloca os trabalhadores em grave situação financeira.

ACIONISTAS DEITAM E ROLAM NO LUCRO LÍQUIDO

GESTORES IGNORAM PODERES FISCALIZADORES

Em 2018, os acionistas receberam 50% do lucro líquido e embolsaram de forma “regular” R\$ 274,9 milhões. Ainda, receberam um crédito extraordinário de R\$ 280 milhões, se locupletando com R\$ 554,8 milhões. Em 2019, receberam mais R\$ 210,58 milhões.

Mas foi em 2020 que a distribuição de dividendos chegou às raias do escândalo: a Copasa distribuiu R\$ 228,03 milhões (25% do lucro líquido), mas fez uma generosa distribuição extra de R\$ 820 milhões. Ou seja, para um lucro líquido de R\$ 816,4 milhões, a empresa premiou os acionistas com R\$ 1 bilhão 048 milhões.

Uma administração da coisa pública com esta sangria está muito além da tipificação como incompetência, mas sim de uma gestão criminosa com a sustentabilidade da empresa e das condições dela continuar seu papel de



servir serviços essenciais de saneamento com qualidade. Não se pode deixar de registrar que a impunidade vem sendo retardada pela passividade e não cumprimento do papel fiscalizador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério Público do Estado e de todas as instituições responsáveis pelo zelo da administração da coisa pública.

Data-Base

DEPOIS DE 110 DIAS DE GREVE, CATEGORIA COMEÇA NOVA NEGOCIAÇÃO NA COPANOR

O descaso com os trabalhadores e suas famílias chegou às raias do absurdo nas iniciativas autoritárias desta gestão. Os mesmos nomes responsáveis pelas tragédias na Copasa levaram trabalhadores da Copanor a grande sofrimento, com brutal decisão de arrochar os salários e cortar direitos, começando por não garantir empregos.

Os trabalhadores foram obrigados a uma luta mais intensa e permaneceram 110 dias de greve, até aprovarem o Acordo Coletivo através de uma proposta judicial conciliatória.

Para chegar a isto, ficaram sem salários, sem cesta básica, sem vale alimentação e até auxílio funeral por um longo período, iniciativa de pressão exercida pela direção da Copasa/Copanor.

A monstruosidade desumana foi mantida impiedosamente.

Os trabalhadores da Copanor chegam a mais uma data-base agora em 1º de novembro e esperamos que a experiência tenha repercussão sobre um mínimo de consciência e responsabilidade da direção para iniciarmos o novo processo de negociações.



ABANDONO DOS INVESTIMENTOS NO SANEAMENTO NO ESTADO

Os investimentos programados para aplicação pela Copasa e Copanor estão longe de ser alcançados. O programa para a Copasa previa R\$ 750 milhões em 2019; R\$ 840 milhões (2020); R\$ 1.307 milhões (2021) e R\$ 1.365 milhões (2022).

Os números para a Copanor foram programados de forma mais modesta,

R\$ 36 milhões para 2019 e R\$ 40 milhões para os anos seguintes até 2023.

Os investimentos realizados na Copasa foram de R\$ 395 milhões (2016); R\$ 511 milhões (2017); R\$ 686 milhões (2018); R\$ 586 milhões (2019); R\$ 459 milhões (2020) e R\$ 331 milhões (1º semestre de 2021).

Na Copanor, mais modestos ainda, foram R\$ 33 milhões (2016); R\$ 28 milhões (2017); R\$ 46 milhões (2018); R\$ 34 milhões (2019); R\$ 22 milhões (2020); R\$ 8 milhões (1º semestre 2021).

O resultado da gestão irresponsável da falta de investimento é o não cumprimento de contratos de programa com municípios, gerando uma gritaria da população e dos poderes das cidades desassistidas. A Copasa vai sendo dilapidada, com o sucateamento de suas estruturas e a progressiva dificuldade para manter as concessões que vão vencendo. Estão literalmente matando a empresa.

GRINGOS - Dinheiro para o saneamento embolsado por investidores



VELOCIDADE DE INFORMAÇÃO PARA COMBATER FAKES

A combinação entre as mídias tradicionais e as novas tecnologias é um dos desafios que o SINDÁGUA vem enfrentando, com o objetivo de reforçar os vínculos com a sua base e a sociedade, para amplificar o debate sobre os problemas e demandas da categoria, e reafirmar a necessidade de união para combater o desmonte promovido pela direção da Copasa e os retrocessos que vem sendo impostos pelo governo Bolsonaro à classe trabalhadora.

Ciente de que a comunicação é instrumento de conscientização, organização e mobilização dos trabalhadores, para prepará-los para a ação, o Sindicato investe em mídias sociais e novas tecnologias, mas sem abandonar antigos meios de luta, como materiais impressos (jornais e boletins informativos), assembleias presenciais e outras formas de contato direto com a categoria, que continuam importantes, mesmo diante dos avanços tecnológicos.

A comunicação sempre foi e será instrumento decisivo e estratégico na luta dos trabalhadores. Com a ampliação dos canais de informação, através de mídias sociais (facebook, whatsapp, instagram, twitter, linkedin e youtube) e transmissões ao vivo via internet (lives), estamos nos conectando ainda mais com a categoria, mostrando também para que serve o



Sindicato e divulgando suas ações em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A atualização da comunicação sindical é extremamente urgente e fundamental para o fortalecimento da luta coletiva, da união, da solidariedade e da resistência ao modelo que querem impor no Brasil, de que as relações de trabalho podem ser resolvidas em negociação direta e individual do trabalhador com o patrão, sem a mediação e a representação dos sindicatos.

Outra meta e preocupação permanente da produção e reprodução da comunicação do Sindicato é o combate às fake news, apresentando conteúdo relevante e de qualidade, além de expor como se relacionam os problemas específicos da categoria e dos trabalhadores em geral com a realidade do país e suas mazelas.

O fortalecimento da comunicação sindical se torna ainda mais urgente diante da tentativa de enfraquecer as entidades representativas dos trabalhadores, intenção escancarada pela falácia liberal de que o trabalhador não necessita de Estado nem de sindicato, falsa ideia que o mercado e o governo procuram “vender” como positiva.

NÚMEROS ATERRORIZANTES DA COVID ENTRE NÓS

O comportamento visto em muitos ambientes públicos dá a impressão de que estamos definitivamente livres da pandemia de covid, sem que as pessoas ainda se prendam às máscaras, assepsia das mãos e evitem aglomerações, sem esquecer a negligência criminosa do governo Bolsonaro em sabotar medidas de proteção contra a doença.

Os números demonstram uma retração do nível de contaminação, mas a covid continua ameaçadora. Estivemos “acostumados” com níveis altíssimos de até mais de 3 mil mortes diárias e podemos imaginar falsamente que a redução a 400 óbitos por dia pela doença pudesse ser coisa simples e corriqueira,

Os cuidados devem continuar rigorosos, a vacinação encarada como salvavidas e o comportamento social não pode, de forma nenhuma, se dar como se o vírus não fosse mutante e que tudo acabou. Os cuidados da vacinação deverão ser anuais, assim como as medidas de segurança e proteção.

A TRAGÉDIA NA CATEGORIA

A primeira morte no Brasil identificada por covid aconteceu em 17 de março de

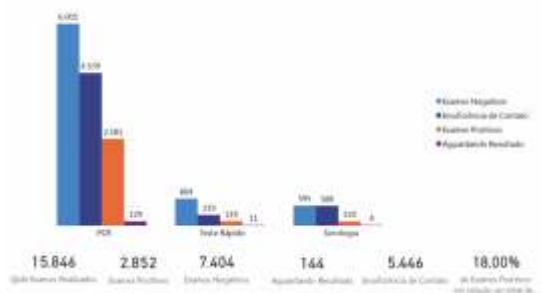
2020. De lá para cá, já foram acumuladas mais de 600 mil mortes pela doença, sobretudo neste ano de 2021.

Tivemos acesso a um relatório da Copass Saúde sobre o impacto da doença entre os trabalhadores na Copasa e Copanor. Os números são espantosos: foram realizados 15.846 exames, entre PCR, exames rápidos e sorologia. Deste total, 2.852 deram resultado positivo (18%). De março de 2020 a setembro de 2021 tivemos 2.852 casos confirmados de covid, resultando em 544 internações. Neste período, infelizmente 113 chegaram à óbito, sendo 23, em 2020, e 90 em 2021. Foram 43 falecimentos de aposentados e 16 de seus dependentes. Dos trabalhadores na ativa, a covid ceifou 24 vidas e de mais 27 dependentes.

NOVA REALIDADE

As empresas, de modo geral, vêm alertando seus trabalhadores para a necessidade da vacinação como medida de proteção. Ninguém é obrigado a tomar a vacina, mas passa a ser considerado uma “presa” fácil para eventual contaminação, além de ficar sujeito às consequências da doença, passando a se

EXAMES DE COVID REALIZADOS
Período: 03/2020 à 10/2021



constituir como foco de transmissão.

Desta forma, o alerta que as empresas fazem é claro. Diante de todas as medidas de proteção e segurança à saúde coletiva, aquele que se nega a se proteger da doença está sujeito a ser desligado da empresa.

O Sindicato já alertou os trabalhadores sobre esta séria ameaça e esperamos que todos se protejam, além de proteger seus familiares, amigos e companheiros de trabalho.

A pandemia vai retrocedendo, apesar de números ainda elevados de mortes, e todos nós devemos nos abraçar neste compromisso com a vacinação, com a manutenção dos cuidados e com a vida.